



Nível de atividade na reabilitação urbana cresce 22,6%



Manuel Reis Campos

Em Maio, o Barómetro AICCOPN da Reabilitação Urbana apontou para um crescimento do nível de atividade de 22,6%, em termos homólogos, e que, não menos importante, foi acompanhado por uma subida de 29% no índice que mede a evolução da carteira de encomendas.

São valores claramente positivos e que evidenciam, não apenas uma manifesta melhoria da atividade das empresas que se dedicam a este segmento, como uma importante recuperação dos volumes de emprego assegurados pelo setor. Com efeito, no primeiro trimestre deste ano, registava-se a criação líquida de 23.045 postos de trabalho face a 2016, num contexto em que o investimento privado e, particularmente, a reabilitação urbana, assumem um lugar de destaque.

Esta evolução é sentida, de forma especialmente intensa, nos centros históricos das duas principais cidades do país, e resulta, em grande medida, do bom momento que o turismo nacional está a atravessar.

O forte crescimento da carteira de encomendas das empresas que atuam na reabilitação urbana sinaliza a atual confiança dos investidores que, perante o maior dinamismo do mercado, e a pouca atratividade dos produtos financeiros oferecidos pela banca, identificam um elevado potencial no investimento nestes espaços. E a verdade é que, num mundo altamente globalizado como o nosso, o imobiliário é um ativo que compete a uma escala verdadeiramente internacional e, a esse nível, Portugal apresenta uma relação preço-qualidade que é altamente competitiva.

A expressividade destes crescimentos e o seu impacto nestes centros históricos, não nos podem desviar daqueles que sempre foram considerados os grandes desígnios

associados à Reabilitação Urbana. O desenvolvimento sustentável das nossas cidades e vilas, a criação de emprego, a política de habitação e a coesão social e territorial de Portugal, são elementos essenciais de uma estratégia global que sempre defendemos: o desafio de alargar o atual ciclo de investimento à generalidade do país, incluindo o Interior, associado ao desenvolvimento de um mercado de Arrendamento que continua muito aquém do que se verifica na restante Europa ou, mesmo, a questões tão atuais e relevantes como as cidades inteligentes.

A Reabilitação Urbana cresce. É um facto. Mas este crescimento tem de ser aproveitado para que se possa construir um futuro sustentado e, consequentemente, com cidades vivas, com um país equilibrado e um tecido empresarial competitivo e saudável.

A implementação dos mecanismos de apoio ao financiamento da Reabilitação Urbana e, designadamente, do programa “Casa Eficiente”, que contará com a CPCI, enquanto entidade parceira dos Ministérios do Ambiente, Planeamento e Infraestruturas e da Economia, irá constituir uma realidade a curto prazo. E o Estado não pode esquecer o seu importante papel de regulador.

A promoção da sã concorrência, o combate à clandestinidade e a proliferação de agentes que não cumprem as mais elementares regras de segurança e qualidade nas obras, são uma das principais preocupações dos empresários, que têm de ser atendidas. O crescimento da Reabilitação Urbana implica, também, um crescimento das responsabilidades de quem deve garantir o equilíbrio e a eficiência do mercado.

**Presidente da CPCI -
Confederação Portuguesa da
Construção e do Imobiliário**